

---

# A CURA POPULAR: SABERES TRADICIONAIS COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA EM DEFESA DA SUSTENTABILIDADE NO QUILOMBO MENINO JESUS DE PITIMANDEUA, EM INHANGAPI (PA)

---

LA CURA POPULAR: EL SABER TRADICIONAL COMO PRÁCTICA PEDAGÓGICA EN DEFENSA DE LA SUSTENTABILIDAD EN EL QUILOMBO MENINO JESÚS DE PITIMANDEUA, EN INHANGAPI (PA)

THE POPULAR CURE: TRADITIONAL KNOWLEDGE AS A PEDAGOGICAL PRACTICE IN DEFENSE OF SUSTAINABILITY IN QUILOMBO MENINO JESUS DE PITIMANDEUA, IN INHANGAPI (PA)

**Amanda de Jesus Araujo Trindade Parente<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-5511-146X>  
<http://lattes.cnpq.br/0849356497379305>

**Alana Sousa da Silva<sup>2</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-9468-0868>  
<http://lattes.cnpq.br/7475340971183098>

**João Colares da Mota Neto<sup>3</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-3346-1885>  
<http://lattes.cnpq.br/6415743127554581>

**RESUMO:** O objetivo geral desta pesquisa foi identificar e valorizar saberes ancestrais da Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá, localizada no município de Inhangapi-PA, utilizando as plantas medicinais usadas no Quilombo, pontuando hábitos sustentáveis e integrando-os como práticas pedagógicas no ensino de Ciências. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa-ação. Observou-se que existe a garantia legal para o ensino da cultura afro-brasileira dentro das escolas, entretanto, o ensino ainda segue como um sistema engessado, no qual não se valoriza os saberes da comunidade, pois que persiste um viés colonizador que se manifesta através de disciplinas curriculares que valorizam tão somente o ensino tradicional e sem o cumprimento de determinação legal que inclui nas escolas o ensino da cultura afro-brasileira e, consequentemente, o estranhamento da comunidade quilombola estudada sobre a importância e utilidade de estudo de temas que nada referem sobre sua realidade, costumes e cultura. Concluiu-se ser necessária uma reflexão acerca de novos métodos de ensino, que consi-

---

<sup>1</sup> Bacharel em Moda pela Universidade da Amazônia (UNAMA) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Membro do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP/UEPA). Coordenadora pedagógica no Cursinho Popular Esperançar. Integrante da Rede de Pesquisa sobre Pedagogias Decoloniais na Amazônia. E-mail: [amandatrinidadeaal@gmail.com](mailto:amandatrinidadeaal@gmail.com).

<sup>2</sup> Licenciada em Pedagogia na Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: [alanasousa18@hotmail.com](mailto:alanasousa18@hotmail.com).

<sup>3</sup> Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e à Licenciatura em Pedagogia. Pós-doutoramento na Universidad de Sevilla e na Universidad de Málaga, Espanha. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com Doutorado Sanduíche na Universidad Pedagógica Nacional de Colombia. E-mail: [joaocolares@uepa.br](mailto:joaocolares@uepa.br).

gam atender às demandas da comunidade, em que os saberes empíricos sejam valorizados e que se apresentem como ponto de partida para a construção de um conhecimento que alinhe teoria e prática, pois só assim se pode chegar a uma perspectiva ainda mais humanizada e universalizada da educação a partir da identificação e valorização dos saberes ancestrais de povos como a Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá, que muito ensinam sobre hábitos sustentáveis, isto é, sobre práticas que são relacionadas à sustentabilidade, que claramente podem ser integrados como prática pedagógica no ensino de Ciências.

**Palavras-Chave:** Quilombo. Plantas Medicinais. Sustentabilidade. Educação. Ensino de Ciências.

**RESUMEN:** El objetivo general de esta investigación fue identificar y valorar los saberes ancestrales de la Comunidad Quilombola Menino Jesús de Pitimandeuá, ubicada en el municipio de Inhangapi-PA, utilizando las plantas medicinales utilizadas en el Quilombo, puntuando hábitos sustentables e integrándolos como prácticas pedagógicas en Enseñanza de las ciencias. La metodología aplicada fue la investigación bibliográfica y la investigación acción. Se observó que existe una garantía legal para la enseñanza de la cultura afrobrasileña dentro de las escuelas, sin embargo, la enseñanza aún sigue como un sistema enyesado, en el que no se valora el conocimiento de la comunidad, ya que persiste un sesgo colonizador que se manifiesta a través de materias curriculares que valoran solo la enseñanza tradicional y sin cumplir con la determinación legal que incluye la enseñanza de la cultura afrobrasileña en las escuelas y, en consecuencia, el distanciamiento de la comunidad quilombola estudiada sobre la importancia y utilidad de estudiar temas que nada se refieren a su realidad, costumbres y cultura. Se concluyó que es necesario reflexionar sobre nuevos métodos de enseñanza que puedan atender las demandas de la comunidad, en los que se valoren los conocimientos empíricos y que se presenten como punto de partida para la construcción de saberes que alineen la teoría con la práctica, pues sólo en de esta manera se puede llegar a una perspectiva aún más humanizada y universalizada de la educación, a partir de la identificación y puesta en valor de los saberes ancestrales de pueblos como la Comunidad Quilombola Menino Jesús de Pitimandeuá, quienes enseñan mucho sobre hábitos sustentables, es decir, sobre prácticas que están relacionados con la sustentabilidad, que claramente pueden integrarse como práctica pedagógica en la enseñanza de las ciencias.

**Palabras-Clave:** Quilombo. Plantas Medicinales. Sostenibilidad. Educación. Enseñanza de Ciencias.

**ABSTRACT:** The general objective of this research was to identify and value ancestral knowledge of the Menino Jesus de Pitimandeuá Quilombola Community, located in the municipality of Inhangapi-PA, using the medicinal plants used in the Quilombo, highlighting sustainable habits and integrating them as teaching practices in science education. The methodology applied was bibliographic research and action research. It was observed that there is a legal guarantee for the teaching of Afro-Brazilian culture in schools, however, the teaching still follows as a system plastered, in which the knowledge of the community is not valued, This is because a colonizing bias persists which manifests itself through curricular subjects which only value traditional teaching and without the fulfillment of the legal determination which includes the teaching of Afro-Brazilian culture in schools and,

consequently, the strangeness of the quilombola community studied about the importance and usefulness of studying themes which have nothing to do with their reality, customs and culture. We conclude that it is necessary to reflect on new teaching methods that can meet the demands of the community, in which empirical knowledge is valued and presents itself as a starting point for the construction of knowledge that aligns theory and practice, This is the only way to arrive at an even more humanized and universalized perspective of education based on the identification and valuing of the ancestral knowledge of people like the Quilombola Community Menino Jesus of Pitimandeuá, which teaches a lot about sustainable habits, that is, about practices related to sustainability, which can clearly be integrated as pedagogical practice in science teaching.

**Key-words:** Quilombo. Medicinal Plants. Sustainability. Education. Science Teaching

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo foi produzido mediante uma pesquisa de campo realizada na Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá, localizada na área rural do município de Inhangapi-PA e cujo nome deriva de uma antiga fazenda denominada Menino Jesus, que foi essencial no processo de formação do quilombo; é composta por aproximadamente 44 famílias nas quais a ancestralidade e o cotidiano são claramente associados a práticas de preservação dos saberes tradicionais e preservação da natureza; recebeu sua titulação como uma comunidade remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP). A compreensão da ancestralidade na comunidade enquanto produtora de saberes essenciais ao tema da sustentabilidade ocorre não somente pela importância da preservação da natureza, mas pela necessidade de promoção do respeito quanto aos costumes de povos tradicionais.

Sendo assim, a contextualização do ensino de ciências - através do uso de plantas medicinais - torna-se um fator determinante para o movimento de aprendizagem significativa, uma vez que, ministrado por meio de atividades práticas, a criança desenvolve uma compreensão espontânea e assertiva acerca de assuntos relacionados ao meio ambiente. Dessa maneira, é essencial demonstrar e reconhecer as plantas medicinais junto aos alunos, para que possam fazer uso destes recursos e perpetuar as práticas de valorização da cultura quilombola.

Salienta-se que a integração de hábitos sustentáveis como práticas pedagógicas conduz ao propósito de apresentar a proposta de práticas pedagógicas a serem inseridas nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em consonância com o ensino de ciências nas escolas do campo - que precisam resgatar o conhecimento acerca da importância da preservação dos saberes tradicionais para a sobrevivência da população, na qual a relação sociedade/natureza é imprescindível para a perpetuação do saber ambiental tradicional.

Dessa forma, o intuito da pesquisa prezou pela criação de práticas pedagógicas voltadas aos saberes tradicionais, em defesa da sustentabilidade e relacionadas ao ensino de Ciências para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Sobre a questão da sustentabilidade, são abordadas medidas que enfocam considerações referentes ao cultivo de plantas medicinais, o cuidado dessas ervas, seu uso e o repasse desse conhecimento como práticas sustentáveis, pois a partir dessa relação a natureza passa a ser utilizada de forma consciente e os meios de preservação são mantidos/compartilhados entre as crianças do Quilombo.

Outrossim, o Ensino de Ciências é articulado ao projeto, uma vez que, disciplinas como Química, Física e Biologia precisam contemplar todos os tipos de sociedade. Existem normas

estatais, a exemplo da Lei nº 10.639/2003, a qual institui que as escolas devem trabalhar o ensino da História, Cultura Afro-Brasileira e Africana, além do artigo 28 das Leis e Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96, que visa contemplar as reais necessidades da população do campo e gerar metodologias condizentes com esta realidade.

Nesse ponto, pode-se enfatizar o papel imprescindível da escola no ensino das ciências e demais disciplinas; mesmo com as diversas modificações do currículo - alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - e, por consequência, manutenções relacionadas à maneira de ensinar em sala de aula, ainda é possível encontrar um sistema de aprendizagem inerte e condicionado ao preconceito, no que diz respeito às visões sobre os povos indígenas e quilombolas (SANTOS, 2015, p. 29).

Por isso, a efetividade deste projeto não diz respeito somente à instrução da população com relação aos produtos naturais de sua região, mas também tem como ênfase a importância de se conhecer a bagagem cultural desses povos e tentar descrevê-la fielmente, reforçando assim, seu espaço - único - de existência.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar e valorizar saberes ancestrais da Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá, localizada no município de Inhangapi-PA, utilizando as plantas medicinais usadas no Quilombo, pontuando hábitos sustentáveis e integrando-os como práticas pedagógicas no ensino de Ciências.

## **2. COMUNIDADES QUILOMBOLAS: EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUSTENTABILIDADE**

O ensino no Brasil alcançou grandes conquistas quando se trata da educação de povos do campo, mais especificamente das comunidades remanescentes de Quilombo. A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, bem como o estudo da História da África e dos Africanos e da luta dos negros no Brasil. Além dessa Lei, há também o Artigo 28º da Lei 9.394/96, da LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) que afirma a importância da contextualização do saber que contemple a realidade dos alunos, cultura, além de toda a sua teia social.

Coelho (2013) explicita que a Lei nº 10.639/2003 pode ser considerada um ponto de partida para uma luta histórica, educacional e social, pois possibilita mostrar a contribuição e a participação africana e afro-brasileira, valorização e reconhecimento da importância do ensino da história e cultura, bem como a inclusão do negro na construção da sociedade brasileira.

Desse modo, a lei citada anteriormente é de suma importância, pois valoriza a participação do negro na História e demonstra a cultura afro enquanto elemento basilar da formação da sociedade brasileira. Possibilita, também, uma significativa mudança no cenário educacional, considerando que os(as) educadores(as) trabalhem de forma justa e coerente, viabilizando aos alunos toda a realidade do povo negro no Brasil, tendo como objetivo o respeito aos saberes e cultura dos quilombolas.

De acordo com Paulo Freire:

Por isso mesmo pensar certo coloca o professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária –, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o

ensino dos conteúdos (FREIRE, 2018, p. 31).

Nesse contexto, observa-se ainda que a Lei nº 10.639/2003 é composta de dois artigos que foram acrescentados à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei nº 9.394/96. Os artigos são o de nº 26-A, que diz respeito à obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos educacionais, sejam eles públicos ou particulares, e o de nº 79-B, que inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro, como Dia Nacional da Consciência Negra, como observado a seguir:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

1º. O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

2º. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

[...]

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Coelho (2013) pontua que, em vista de as comunidades quilombolas, em sua maioria, se caracterizarem também como comunidades rurais, a Educação Escolar Quilombola (EEQ) possui articulação direta com a educação no campo. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Educação Escolar Quilombola (EEQ) é a modalidade de ensino que compreende as escolas quilombolas e as instituições que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. Nesse caso, em relação à denominação de um espaço de ensino genuinamente quilombola, entende-se por “escola quilombola aquela localizada em território quilombola” (GOMES, 2012, p. 26).

Dessa maneira, apesar dos notáveis avanços no sistema educacional brasileiro em favor da inserção da cultura quilombola no currículo escolar, é inegável que os métodos de ensino ainda não são capazes de abarcar todo o conhecimento oriundo dessa cultura e, principalmente, abordar suas particularidades e vivências com o devido respeito. Assim, como aponta Edimara Gonçalves Soares:

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de ensino recente no âmbito da Educação Básica, visto que a Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, portanto, trata-se de uma política pública em construção, de uma política pública cujo movimento é de afirmação e valorização de saberes históricos e culturais secularmente ausentes no currículo escolar (SOARES, 2016, p. 1).

Por sua vez, a educação no campo foi contemplada com o Decreto nº 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, agregando a esta educação a vivência dos povos do campo, bem como suas práticas de desenvolvimento, meio social e cultural e que também contemple as diversas lutas sociais

para que se obtenha a reafirmação e o empoderamento destes povos.

As questões étnico-raciais estão intimamente ligadas à forma como cada sociedade educa sua prole. Portanto, inserir os conhecimentos tradicionais no ensino regular e investigá-los de forma científica é uma estratégia de preservação, análise e manutenção deste saber, como foi o intuito do desenvolvimento desta pesquisa. Nesse sentido, Barbosa Neto *et al* (2020, p. 13) defendem a “recriação dos meios pedagógicos, da abertura de outras possibilidades para as práticas de pesquisa e de extensão, mas também para as práticas de ensino”. Proporcionar o uso das práticas tão corriqueiramente utilizadas, quase que imperceptíveis, portadoras de um saber ancestral, como experimentação para teorias já organizadas dentro de um currículo nacional.

Algumas conquistas das Comunidades Negras Remanescentes Quilombolas são resultados da mobilização e luta dos movimentos sociais organizados, tais como: a política de reserva de vagas no ensino superior público brasileiro que legitima e legaliza as ações afirmativas de combate às desigualdades raciais e a criação da Lei nº 10.639/03, que representa um marco histórico na política educacional brasileira, onde os sistemas de ensino e as suas instituições são orientadas a incorporarem o tema da diversidade étnico-racial.

Dessa maneira, é importante pontuar que os saberes da realidade campesina se diferenciam dos demais, porém, não estão em posição de inferioridade perante os que são disseminados nos meios urbanos, pois nenhum conhecimento pode estar totalizado ou acima de outro, como bem afirmado por Paulo Freire:

A educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos.

O homem, por ser inacabado, incompleto, não sabe de maneira absoluta. Somente Deus sabe de maneira absoluta.

A sabedoria parte da ignorância. Não há ignorantes absolutos. Se num grupo de camponeses conversarmos sobre colheitas, devemos ficar atentos para a possibilidade de eles saberem muito mais do que nós. Se eles sabem selar um cavalo e sabem quando vai chover, se sabem semear etc., não podem ser ignorantes (durante a Idade Média, saber selar um cavalo representava alto nível técnico), o que lhes falta é um saber sistematizado (FREIRE, 1986, p. 28).

Entender que a valorização do ensino interdisciplinar se apresenta como o prisma do processo de ensino-aprendizagem é conceber, na mesma medida, uma necessidade de repensar metodologias que culminem em práticas pedagógicas eficazes. No que se refere à socialização dos saberes tradicionais de uma comunidade, por exemplo, é de extrema importância que se atente à realidade norteadora desse público, pois é assim, prezando pela estruturação simbólica e física que estes espaços dispõem, que o fazer pedagógico adquire um novo papel: o de mediador de vivências e apreensões. A educação se faz no exato momento em que se convergem falas e existências; a cultura fala por si.

No entanto, o que está assegurado por leis, decretos e/ou parâmetros, em sua maioria não chega até este tipo de comunidade campesina e, desse modo, acaba fragilizando uma proposta de ensino de qualidade. Em lugares como o quilombo, onde políticas públicas não chegam como preconiza a legislação, os recursos são escassos e há uma deficiência de profissionais que atuem e, também, de fiscalização competente para lidar com as carências tanto no ensino quanto nas demais áreas de desenvolvimento humano, é necessária uma ação conjunta com o que já está promulgado. Dessa forma, falar de medidas e alternativas essenciais para a mudança

desse cenário não é somente enfatizar teorizações constitucionais, mas reconhecer a importância da pedagogia enquanto resistência social.

A partir dessa premissa, depreende-se que há um rompimento no entendimento de noção pedagógica, *a priori*, principalmente em função do corpo social conceber a pedagogia somente em espaços escolares, ideia que restringe e, conseqüentemente, limita a real amplitude do educar. Sendo assim, devido aos avanços no meio técnico-científico atrelado à crescente disseminação tecnológica (incidente) na estrutura da sociedade, entende-se que a necessidade de se organizar ambientes e promover a plena funcionalidade destes baseia-se numa ética social de ampliação dos espaços escolares, incluindo-se os espaços comunitários. Então, sob esta ótica, a pedagogia pode ser descrita como uma estratégia comum aos anseios sociais, ou seja, ela não somente agrega valores e saberes, como também os mantém vivos, possibilitando que conhecimentos tradicionais sejam preservados por gerações.

### 3.1 O Ensino de Ciências e sua relação com a Diversidade Cultural

A cultura afro-brasileira dos remanescentes quilombolas possui uma riqueza grandiosa no que tange aos saberes ambientais, tendo em vista que as noções de sustentabilidade estão intrinsecamente ligadas ao cotidiano dessas comunidades, suas relações com a natureza e, por consequência, utilização de recursos, podendo ser concebidas como permanentes e tradicionais. Por isso, é crucial que exista o debate em torno de questões culturais das coletividades, sobretudo, pela valorização das heranças de cada lugar-comum.

Sob esta ótica, encontra-se o eixo de discussão acerca da correlação essencial entre ciência e tradicionalidade – no que diz respeito à cura popular e, dessa forma, a preservação dos saberes quilombolas e os novos métodos para a conservação e aprimoramento dessas sapiências é possível, principalmente, por meio da ciência e apoio estatal – na garantia de direitos e investimentos a esse público. Conforme John Land Carth:

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais os sistemas e redes de ensino devem construir currículos e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. [...] a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica. [...]. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes (CARTH *apud*. BNCC, 2018, p. 15).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, especificamente em seu artigo 28, diz que é necessária a inclusão das práticas de vivência, cultura e trabalho na educação de povos do campo, porém, quando se trata dessas práticas, estas Leis não são efetivadas, particularmente quando a matéria em questão é o ensino de Ciências, onde é primordial a contextualização histórico-espacial para que se alcance o pleno interesse e compreensão dos alunos.

O ensino de Ciências deve contemplar a realidade que o educando está inserido, considerando, assim, suas experiências cotidianas e buscando ampliar a visão de mundo do aluno com elementos já presentes em sua vivência. A partir dessa ideia, é fundamental que a educação

seja vista como o elemento vital na formação do ser humano, haja vista que a lógica do ensino-aprendizagem não pode ser estrita aos espaços escolares porque o conhecimento transita e se realiza em todos os ambientes, por todas as culturas.

Garcia e Alves (2011) afirmam que a educação está em todos os lugares e, por isso, não é possível que se preestabeleça um arquétipo de educação a ser seguido rigorosamente, sobretudo, pelo fato de que não é exclusivamente na escola que ela ocorre e tampouco o professor é seu único influente. Nesse sentido, o art. 1º da LDB (1996) explicita que a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e em suas manifestações culturais.

Assim, segundo Garcia e Alves (2011), existem processos educativos que se diferenciam uns dos outros, de acordo com as necessidades da sociedade em que está implantada, por isso vislumbra-se a educação como elemento imprescindível ao modo de propagação do conhecimento. Dessa forma, a realidade social, econômica e humana das comunidades rurais e dos povos do campo revela uma premente necessidade de serviços educacionais, assim como o atendimento dessas comunidades em programas educacionais, já que a existência do poder público se configura precária, tendo em vista a falta de (ou pouca) assistência governamental, ao se observar a ausência de políticas públicas que sejam capazes de minimizar a situação social, econômica e educacional de seus moradores.

Para Garcia e Alves (2011), são as instituições representativas organizadas entre a própria população do campo, assim como de voluntários, que têm sido responsáveis por atividades educacionais que são reunidas em macrocampos e integram linhas educativas no ensino de Ciências - que abrangem a diversidade cultural desses povos. Assim, a atuação dos muitos voluntários envolve a utilização de instrumentos e práticas pedagógicas voltadas para a vida no campo e nas quais estão presentes temáticas relativas à cultura local, desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, agricultura familiar, entre outros da realidade local.

Wanderley (2010) pontua que no cenário da educação do aluno do campo deve ser valorizada a cultura local, suas crenças, valores e outras manifestações, que continuam sendo, em muitos locais, transmitidas por gerações, através da literatura oral e popular, o que é classificado pelo autor como a dimensão educativa que possui muito mais expressividade do que as práticas pedagógicas tradicionais, na medida em que expressa a relação da população do campo e sua luta pela preservação, cuidado e o respeito com a natureza.

Encontra-se em Lima e Pozzobon (2011) sobre a importância da temática do respeito à natureza e educação ambiental como propostas educativas para a população do campo e que devem permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente, interpretar a interdependência entre os diversos elementos que o conformam, com vistas a utilizar, racionalmente, os recursos do meio ambiente, na satisfação material e espiritual da sociedade do presente e do futuro.

Lima e Pozzobon (2011) avaliam que a educação ambiental deve capacitar o aluno do campo ao pleno exercício da cidadania, através da formação de uma base conceitual abrangente, técnica e culturalmente capaz de permitir a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio. O direito à informação e o acesso aos instrumentos capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável constituem, assim, um dos pilares do processo de construção e aquisição de conhecimentos, visando a formação de uma consciência global, sem, portanto, perder a ótica e realidade locais da população do campo.

Entende-se assim que, para se alcançar um saber ambiental pleno, tendo como suporte o ensino de Ciências, é necessário resgatar também a historicidade do povo ao qual esse saber é ensinado, isto é, para além do ensino de Ciências e suas metodologias tradicionais, é preciso que se promova uma contextualização alinhada ao meio, tal como a proposta objetiva apresentada nesta pesquisa de identificar e valorizar saberes ancestrais da Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá, de Inhangapi-PA, e o estudo acerca de sua tradicional utilização de plantas medicinais, a revelarem hábitos sustentáveis e de preservação ambiental, que podem ser integrados como práticas pedagógicas no ensino de Ciências.

Desse modo, outras áreas do conhecimento se mesclam, possibilitando um melhor aproveitamento em função da quebra de moldes que separam disciplinas na medida em que a instrução das ciências naturais necessita de experimentações e práticas e, por conseguinte, utilizar elementos da realidade em que determinada comunidade está inserida é uma obrigatoriedade, pois se o indivíduo não trabalha com aquilo que conhece, decerto não compreenderá como as mais diversas coisas são e/ou funcionam. Desse modo, no que se refere aos conhecimentos naturais e intrínsecos às vivências quilombolas, bem como, a interação humano-natureza, Antonio Bispo dos Santos destaca que:

[...] a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia (SANTOS, 2015, p. 85).

Observa-se então que a sustentabilidade, enquanto saber essencial à valorização da (bio)diversidade, está presente na vivência e dinâmicas da sociedade quilombola, não como algo engessado ao ensino de Ciências, mas que é incorporado às práticas diárias de resistência e valorização da existência do grupo. Tudo o que é ensinado parte não exclusivamente do ambiente escolar, mas principalmente das relações entre os mais velhos e jovens, buscando nessa troca a preservação da cultura local. É uma dialética histórica.

Portanto, para que se conceba um saber ambiental oriundo do ensino de Ciências é necessário instigar nos docentes o interesse em buscar sanar dúvidas como: Por que preservar? Como a não-preservação nos afeta? A partir dessas críticas, a definição de *sustentabilidade* pode ser entendida como elemento constituinte da interdisciplinaridade, como algo natural, apenas evidenciando o que já existe na realidade daquela localidade, conforme trata Enrique Leff:

Uma pedagogia do ambiente implica ensinamentos que derivam das práticas concretas que se desenvolvem no meio. Mas isto não deve levar a um empirismo e um pragmatismo a todo custo, e sim a valorizar a necessária relação entre teoria e práxis para fundamentar a reconstrução da realidade (LEFF, 2015, p. 257).

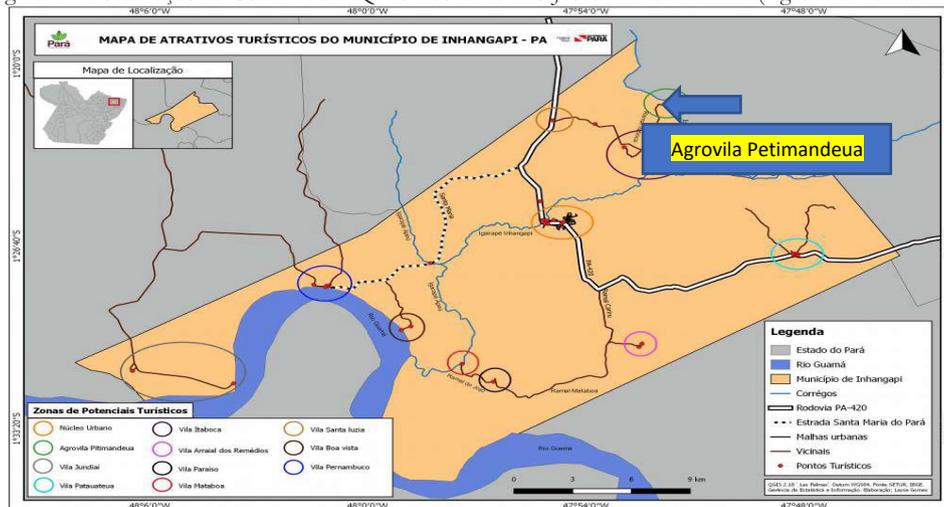
As práticas ambientais precisam estar intrinsecamente ligadas ao contexto social e à vivência concreta do aluno. Este ensino, enfim, deve ser ministrado de forma que conduza o aluno a uma profunda reflexão e que, a partir disso, consiga compreender a importância da valorização de sua própria cultura, reafirmando as tradicionalidades de sua comunidade, pesquisando e criando novos métodos de preservação, o que inconscientemente levará à manutenção dos saberes tradicionais comunitários.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia compreende a abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-ação. Segundo Minaryo (2010, p. 134) esse tipo metodológico de exploração é importante para “compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos”, fornecendo uma abordagem consistente para que os pesquisadores possam conhecer as perspectivas individuais sobre o fenômeno que está sendo estudado. Por sua vez, a pesquisa-ação, de acordo com Tripp (2005, p. 447), é uma estratégia metodológica de investigação no campo da prática, que é enumerada como um dos tipos de investigação-ação, com “características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica”, assim, permitindo “compreender as situações, planejar melhoras eficazes e explicar resultados”; quando aplicada à área educacional permite, para professores e pesquisadores, o aprimoramento do ensino e, conseqüentemente, o melhor aprendizado dos alunos.

A pesquisa-ação foi desenvolvida na Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeu, localizada no município de Inhangapi-PA (Figura 1), cuja história é lembrada por narrativas orais de moradores, principalmente dos mais velhos, que são os que detêm maior conhecimento e respeito dentro do território; um deles é o “Pai Lili” (Luís Colares) - descendente dos fundadores da comunidade. Com isso, é necessário compreender a importância da oralidade como mantenedora de estórias/tradições dentro das comunidades tradicionais, que constituem a história em si.

Figura 1 – Localização da Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeu (Agrovia Petimandeu)



Fonte: Inventário Turístico Inhangapi/PA (2018).

Localizada na área rural do município de Inhangapi/PA, a Vila de Petimandeu, local de vivência da Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeu, é divulgada pela prefeitura local a partir de seus atrativos turísticos, a exemplo do Igarapé Petimandeu.

No que diz respeito ao último nome da comunidade, “Pitimandeu”, registra-se alguns fatos interessantes. Os dados oficiais nomeiam a comunidade como Agrovia Petimandeu, porém, é comumente chamada de *Pitimandeu*. Este nome traz consigo um significado interessante da construção de sua territorialidade quilombola. De acordo com Couto e Brito:

O nome Pitimandeuca é derivado da tradicional atividade do cultivo e do tratamento da mandioca, principalmente para a produção de farinha. O processo envolvia o amolecimento da mandioca nas beiras dos rios da comunidade a partir do contato com a água, gerando um forte odor, conhecido popularmente no Pará como Pitiú.

Toda essa relação produtiva originou o nome da comunidade: “piti” em referência ao tipiti utilizado para “enxugar” a massa da mandioca e ao pitiú; “mandeuca” significa terra de algo. Logo, Pitimandeuca significa Terra do tipiti e do pitiú. Dando a devida atenção para o aspecto cultural e à perspectiva do vivido, trata-se aqui a comunidade pelo nome presente no cotidiano e na raiz da oralidade que os moradores preservam. (COUTO; BRITO, 2017, p. 77-78).

Em documentário, Ribeiro (2012) informa que o surgimento dos quilombos está histórica e diretamente associado à resistência dos negros contra a escravidão do período colonial e imperial do Brasil, em que os quilombos foram criados, formados por escravos fugitivos e erguidos nas matas de difícil acesso, dificultando a perseguição dos senhores de escravos e, conseqüentemente, sua captura pelos chamados capitães do mato. Portanto, são áreas tiveram origem, desafiando a sociedade escravista por meio da fuga e da resistência. Assim, quanto à fundação da Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuca, Couto e Brito pontuam que:

[...] Pitimandeuca foi fundada por sete escravos fugidos da região de Carapuru (Município de Santa Isabel do Pará) que chegaram numa antiga fazenda durante o século XIX. Assim, configurou-se uma porção espacial que dava condições de sobrevivência livre, tornando o quilombo um lugar de resistência e existência diante das atrocidades da escravidão negra no Brasil e na Amazônia. (COUTO; BRITO, 2017, p. 77).

Couto e Brito (2017) citam a relação simbólica da Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuca com a natureza na formação de sua identidade e cultura, sociabilidade e subsistência, bem como a partir do folclore e religiosidade, cujas manifestações se revelam com várias expressões religiosas, tais como o umbandismo, protestantismo e o catolicismo, dentre os quais tem destaque o Círio de Pitimandeuca, em homenagem à Nossa Senhora de Nazaré - que é realizado há mais de 150 anos, com rezas e procissões pelas ruas e ramais da Comunidade<sup>4</sup>.

Entretanto, apesar da imensa riqueza cultural e histórica que a comunidade detém, com o cenário político atual, a Escola Municipal de Pitimandeuca teve suas atividades encerradas em 2019, em detrimento do corte de verbas efetivado pela prefeitura do município de Inhangapi-Pará. A escola funcionava para atender crianças do Quilombo e de outras comunidades próximas e ofertava o Ensino Fundamental I. Dessa forma, devido à impossibilidade de aplicação do projeto “A Cura Popular” - no prédio da instituição citada, este teve de ser executado no próprio espaço territorial quilombola, que é mantido pela comunidade por meio de um programa intitulado *Saberes do Quilombo*, que atende cerca de 42 crianças, sendo o local onde foi aplicada a pesquisa-ação.

---

<sup>4</sup> O Círio de Pitimandeuca, em homenagem à Nossa Senhora de Nazaré é celebrado pela Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuca, representando, segundo Couto e Brito (2017), a manutenção das fortes expressões católicas, a exemplo da preservação das missas e festividades de santos, apesar da abertura da Comunidade Quilombola para o exercício de outras religiões, como o umbandismo e o protestantismo.

#### **4. SABERES TRADICIONAIS COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NO QUILOMBO MENINO JESUS DE PITIMANDEUA**

Ao desenvolver a aplicação da pesquisa-ação que resultou neste artigo e, em diálogo com moradores da Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá, foi observada a demanda referente à implementação das práticas tradicionais da comunidade em questão, no currículo escolar, pois o que estava sendo ministrado não contemplava os saberes daquela região, devido à utilização de elementos desconhecidos pelos alunos na medida em que, conforme os relatos apresentados pelos quilombolas, apesar da obrigatoriedade legal, a escola tradicional existente anteriormente (Escola Municipal de Pitimandeuá, que teve suas atividades encerradas em 2019) não incluía em seu conteúdo curricular a história de resistência dos negros, dos quilombolas e, muito menos, sua cultura e costumes, com referência tão somente a cultura de outras regiões do Brasil, principalmente as regiões urbanas.

Essas referências a outras regiões do país acabaram causando um estranhamento e dificultaram o entendimento e assimilação dos conteúdos, claramente contrariando o que preceitua a Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012, em relação às diretrizes da Educação Escolar Quilombola (EEQ) e, assim, como exposto por Garcia e Alves (2011), sem considerar os saberes da comunidade que, caracterizada como de costumes específicos dos quilombolas em áreas rurais, não tem abrangido seus saberes, história, cultura e diversidade.

Observa-se que a inclusão da temática quilombola seria fundamental para as comunidades quilombolas rurais, pois fortaleceriam a cultura, as tradições, seus modos de ver o mundo, de se relacionar com os outros e com a natureza explícita, e nesse sentido tem-se que o currículo das escolas valorizando a cultura africana e afro-brasileira e os saberes locais ainda não se constitui em realidade, haja vista que as escolas, apesar de serem escolas rurais e com alunos quilombolas, não são escolas quilombolas, além de não tratarem os temas importantes para essas comunidades.

A partir dessa ponderação, a pedagogia é inserida como uma Ciência Social e, conforme a sociedade se modifica, esse conhecimento a acompanha, servindo como resgate da criação de saberes. Este modo de pensar o mundo, portanto, deve desviar de um pragmatismo social e até educacional, pois instruir é um processo que, de fato, não é retilíneo.

Nesta medida, a importância de considerar a trajetória cultural de cada povo e a necessidade de adequar os conteúdos aos modos de existir das comunidades, é essencial para a apreensão e validação de métodos educacionais de qualidade, como está descrito na Lei nº 10.639/03, cuja orientação principal para os sistemas de ensino é de incorporação da diversidade étnico-racial, fundamentalmente em relação à cultura afro-brasileira dos remanescentes quilombolas.

#### **5.1 Relato de Experiência de Prática Pedagógica**

Na pesquisa-ação desenvolvida para este estudo houve a divisão em cinco etapas. Na primeira etapa, executada no dia 18 de outubro de 2019 no Quilombo Menino Jesus de Pitimandeuá, realizou-se a pesquisa de campo para a coleta dos dados entrevistas sobre o uso dessas plantas dentro do território, bem como a escolha e catalogação das plantas medicinais. Em seguida, ocorreu a análise do material recolhido e a preparação das atividades. A segunda etapa aconteceu por meio da aplicação, que ocorreu no dia 23 de novembro de 2019, onde plantas foram selecionadas para a preparação das mudas (antes das atividades) e, posteriormente, fo-

ram expostas para as crianças.

Na terceira etapa, as crianças foram reunidas em um semicírculo e, primeiramente, foi realizada uma roda de conversa para iniciar a socialização, em que os integrantes puderam se apresentar e esclarecer se já haviam tido contato/experiência com plantas medicinais. Após isto, ocorreu um breve diálogo acerca da importância dos conhecimentos prévios dos alunos alinhado às informações que iriam receber. Segundo Marco Antonio Moreira:

[...] a aprendizagem significativa é um processo por meio do qual uma nova informação relaciona-se com um aspecto especificamente relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo, ou seja, este processo envolve a interação da nova informação com uma estrutura de conhecimento específica, a qual Ausubel define como conceito subsunçor, ou simplesmente subsunçor, existente na estrutura cognitiva do indivíduo (MOREIRA, 1999, p.153).

Em seguida, as crianças presenciaram uma aula expositiva dialogada sobre as onze plantas medicinais recolhidas, seu uso e formas de preparo. Receberam também a explicação contextualizada - de forma lúdica - sobre sustentabilidade e valorização dos saberes tradicionais do Quilombo.

Na quarta etapa do trabalho ocorreu uma gincana, onde as crianças deveriam responder perguntas relacionadas às plantas medicinais, suas utilidades e modo de preparo. Quem soubesse a resposta deveria correr para “bater na mão” de umas das pesquisadoras, para que obtivesse o direito à resposta.

Por fim, a quinta e última etapa transcorreu por meio de desenhos; as crianças foram convidadas a desenhar, de forma criativa, as plantas medicinais que mais lhe chamaram a atenção. Após esta atividade, houve a premiação das equipes vencedoras e a distribuição de brindes.

Dessa forma, na primeira etapa do trabalho, foi observado, como resultados preliminares da pesquisa, primeiramente, o apoio da comunidade e do projeto “Saberes do Quilombo”, de iniciativa dos próprios moradores, pois como sinalizado anteriormente a escola se encontrava fechada e, para que as crianças não pausassem totalmente as atividades educacionais, a iniciativa foi pensada por um grupo de senhoras da comunidade, que resultou nesse projeto.

Em um primeiro momento (roda de conversa), foi possível observar que as crianças já detinham um conhecimento prévio acerca das plantas medicinais encontradas no Quilombo Menino Jesus de Pitimandeuá, seus usos e preparos. Constatou-se que esse conhecimento prévio teve origem no seio familiar (geralmente repassado pelas figuras maternas), a exemplo das avós, mães, tias etc., através da oralidade que, tal como observado nos estudos de Couto e Brito (2017), mantém a memória coletiva do lugar, que se caracteriza como fundamental para a manutenção das tradições e costumes da comunidade e nas quais se incluem o cuidado com o meio ambiente e eventual uso de plantas medicinais.

Assim, deu-se seguimento à experiência da prática pedagógica, em que a segunda etapa teve início com a coleta de 11 (onze) exemplares de plantas medicinais cultivadas na própria Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá, visando à aplicação da pesquisa.

Em complemento à pesquisa, foram estudados os nomes científicos das plantas coletadas na Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá, bem como, a designação que são popularmente conhecidas (inclusive, junto à comunidade), sua utilidade e modo de preparo, a partir dos saberes tradicionais relacionados a remédios caseiros, exemplo de chás e garrafadas, conforme se apurou nos relatos orais (Tabela 1).

A tabela a seguir tem como objetivo auxiliar o uso de plantas medicinais de acordo com a

enfermidade desejada, tendo como limite a tabela apresentada. Ele demonstra também a forma correta do preparo de cada planta apresentada anteriormente. É importante destacar também que o uso dessas plantas medicinais são parte de uma tradição ancestral dentro do Quilombo, uma vez que seu cultivo e uso corroboram para a manutenção destas práticas. Por isso, se faz importante o ensino dessas tradições às crianças, que serão responsáveis pela conservação destes saberes tão importantes para a comunidade.

Tabela 1 – Dados das Plantas Medicinais

Nome científico	Planta	Utilidade e Aplicação	Como fazer?
<i>Theobroma grandiflorum</i>	1- Casca do Cupuaçu	Diarreia, fonte de vitaminas A, C, complexo B, rico em fibras, fortalece o sistema imunológico	Tirar a casca do tronco, bater, colocar em uma garrafa e tomar durante o dia.
<i>Hymenachne amplexicaulis</i>	2- Canarana	Problema nos rins, problemas menstruais, anti-inflamatória, diurética e tônica.	Fazer o chá da folha e colocar na geladeira. Ir tomando durante o dia.
<i>Anacardium humile</i>	3- Cajuí	Diabetes e diarreia.	Tirar a casca do tronco e fazer o chá. Colocar na geladeira e ir tomando durante o dia.
<i>Cymbopogon citratus</i>	4- Capim Limão	Gripe e problemas no estômago.	Fazer chá das folhas e consumir morno.
<i>Cymbopogon citratus</i>	5- Capim Santo	Calmante e problemas no estômago.	Fazer chá das folhas e consumir morno.
<i>Mentha spicata</i>	6- Hortelãzinho	Dor de barriga, melhora a digestão, asma, melhora a saúde bucal, dores em geral, náuseas.	Fazer chá das folhas.
<i>Justicia pectoralis</i>	7- Anador	Dores de cabeça, febre, vômito, azia, dores musculares, anti-inflamatória, relaxante, acelera processo de cicatrização, expectorante.	Fazer chá com as folhas.
<i>Melissa officinalis</i>	8- Erva-Cidreira	Diabetes, dor de estômago, dores de cabeça, distúrbios renais, alívio da tosse, calmante.	Fazer chá das folhas e consumir morno.
<i>Peumus boldus</i>	9- Boldo Caseiro	Má digestão, fígado, dor de cabeça, flatulências, cistite.	Fazer chá com a folha junto com a casca da laranja.
<i>Cilabadium surinamense</i>	10- Cunambi	Tratamento de câncer e hemorragias.	Fazer chá da folha madura, amarelada.
<i>Anacardium occidentale</i>	11- Caju	Afta, tosse, cólicas, hipertensão, catarro, e problemas de pele.	Tirar a casca ou a folha e fazer o chá.

Fonte: Coletados pelas autoras (2020).

Em sequência, na terceira etapa da pesquisa, foram preparadas as mudas de plantas medicinais, visando à aplicação da pesquisa (Figura 5) e, especificamente, para dar cumprimento ao objetivo de identificar e valorizar os saberes ancestrais da Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá, com a identificação de hábitos sustentáveis e sua integração como prática pedagógica no ensino de Ciências.

A quarta etapa foi concretizada como o momento da aplicação da pesquisa, a partir de uma reunião com os alunos da Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá, com finalidade da realização da roda de conversa e, posteriormente, da aula expositiva. Esta etapa nos remeteu ao que afirma Freire (2011) em relação ao papel do profissional de educação e o nosso interesse de querer ser mais do que meras transmissoras de conteúdos curriculares e, sim, de auxiliar os alunos quilombolas em um processo dinâmico de conhecimento e aprendizado da diversidade dos saberes ancestrais de sua comunidade.

Nesse sentido, ressalta-se que, nós pesquisadoras, como educadoras e os alunos quilombolas, como educandos, tal como indica Freire (2011, p. 59), somos todos sujeitos do processo pedagógico, pela construção e produção de aprendizado conjunto, “onde quem ensina tam-

bém aprende e quem aprende, por vezes, ensina”. Dessa forma, essa fase da pesquisa, então, foi o momento da aplicação da pesquisa, na qual houve a reunião com os alunos da Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá em um momento descontraído, que contemplou uma breve aula expositiva e trocas de experiências.

Na aula expositiva, observou-se que os alunos estavam atentos e demonstraram bastante interesse na exposição dos onze exemplares de plantas medicinais. Porém, com o passar do tempo e no decorrer da atividade, se mostraram entediados, necessitando que fôssemos para a próxima etapa da atividade, ou seja, a gincana.

Com isso, ficou evidente as particularidades e necessidades das formas de ensino-aprendizagem, isto é, a diferença entre o campo e a cidade, onde os alunos quilombolas precisaram de um maior dinamismo nas práticas aplicadas, por isso, foram cuidadosamente adequadas ao espaço-comum dos meninos; a realização da gincana foi pontual nesse processo pelo maior dinamismo apresentado por essa prática pedagógica, assim como por abranger temática relacionada à cultura e experiências da comunidade à qual pertencem, a Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá.

Em continuidade às atividades, observou-se que os alunos conseguiram se apropriar do conteúdo e responderam a praticamente todos os questionamentos introduzidos durante o andamento da gincana. Notou-se, também, a facilidade de se trabalhar em grupos e, apesar de as crianças que participaram não possuírem a mesma faixa etária, não houve desentendimentos entre elas.

Por fim, na etapa de aplicação - que envolveu a solicitação para que as crianças externassem, através de desenhos, o conhecimento apropriado (Figura 9), mostrou-se como sendo uma atividade prazerosa tanto para as crianças quanto para a comunidade em geral, haja vista, os resultados obtidos.

Ao final, entendemos que, além das observações feitas, ocorreu também, de forma lúdica, o repasse dos conhecimentos tradicionais, uma vez que, as crianças apresentaram interesse e felicidade em poder “aprender brincando”, o que claramente resultou na valorização dos saberes tradicionais da Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá.

Esta análise, marca a importância da criação de práticas pedagógicas que valorizem a cultura da própria comunidade, porque trazendo elementos de conhecimento cotidiano das crianças, a aprendizagem se torna mais prazerosa, fazendo com que as crianças assimilem o conteúdo ministrado, o que também observamos nas crianças do Quilombo, que demonstraram grande interesse nas atividades apresentadas.

Observamos o quanto a comunidade ficou agradecida com a pesquisa e atividades realizadas no Quilombo, pois percebemos o grande engajamento dos pais, mães, avós, tios, lideranças etc., com a realização deste estudo, assim como a felicidade em observar as crianças do Quilombo aprendendo acerca dos saberes e práticas locais, ou seja, a pesquisa-ação permitiu constatar que houve, verdadeiramente, a transmissão e rememoração dos conhecimentos ancestrais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permite inicialmente afirmar que o artigo 28º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que garante um ensino baseado nas vivências dos estudantes e que a Base Nacional Curricular Comum e propõe diretrizes quanto à educação dos povos do campo, orientou o cumprimento

do objeto proposto de identificar e valorizar os saberes ancestrais da Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá, com a identificação de hábitos sustentáveis e sua integração como prática pedagógica no ensino de Ciências.

Nesse sentido, esta pesquisa foi norteada pelas diretrizes contidas no Decreto nº 6.040/2007, que trata sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como, a Lei nº 10.639/2003, com a orientação do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, e a Educação Escolar Quilombola (EEQ), conforme preceitua a Resolução nº 08/2012. Pode-se afirmar, portanto, que existe a garantia legal para o ensino da cultura afro-brasileira dentro das escolas, apesar de que as legislações vigentes ainda permanecem apenas como princípios norteadores que dificilmente são colocados em prática, uma vez que o local destinado para a realização deste projeto não possui aporte necessário para a efetivação destes parâmetros.

Desse modo, é necessário que se repensem as práticas pedagógicas, uma vez que a realidade se contrapõe à romantização do que há na lei, haja vista que, uma vez adentrando o Quilombo Menino Jesus de Pitimandeuá, constatou-se o fechamento da única escola existente na Comunidade e, muito além disto, não se obteve resposta e/ou previsão de reabertura.

É necessário pontuar também que, além de todas essas problemáticas, o ensino ainda segue como um sistema engessado, no qual não se valoriza os saberes da comunidade, tão rica em cultura, persistindo um viés colonizador que se manifesta através de disciplinas curriculares que valorizam tão somente o ensino tradicional e sem o cumprimento de determinação legal que inclui nas escolas o ensino da cultura afro-brasileira e, conseqüentemente, o estranhamento da comunidade quilombola estudada sobre a importância e utilidade de estudo de temas que nada referem sobre sua realidade, costumes e cultura.

Conclui-se, portanto, ser necessária uma reflexão acerca de novos métodos de ensino, que consigam atender às demandas da comunidade. Desse modo, esta pesquisa propõe um novo parâmetro de ensino, em que os saberes empíricos sejam valorizados e que se apresentem como ponto de partida para a construção de um conhecimento que alinhe teoria e prática, pois só assim se pode chegar a uma perspectiva ainda mais humanizada e universalizada da educação a partir da identificação e valorização dos saberes ancestrais de povos como a Comunidade Quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá, que muito ensinam sobre hábitos sustentáveis, isto é, sobre práticas que são relacionadas à sustentabilidade, que claramente podem ser integrados como prática pedagógica no ensino de Ciências.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA NETO, Edgar; ROSE, Isabel Santana de; GOLDMAN, Márcio. Encontros com o “Encontro de Saberes”. **Revista Mundaú**, 2020, n. 9, p. 12-22.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **JUSBRASIL** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Brasília, DF, dez 1996. Disponível: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96#art-28>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial MEC/MJ/SEPPPIR Nº 605 de 20 de maio de 2008; **Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** – Lei

10.639/2003, novembro de 2008.

CARTH, John L. **A Base Nacional Curricular e a aplicação da política de Educação para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/artigos/A-BNCC2018-e-a-ERER.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

COELHO, Walber Nascimento Brito. **Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

COUTO, Aiala Colares, BRITO; Lyara Carlyle. Território, Identidade e Re-existência no Quilombo de Pitimandeuá – Pará. **Revista GeoAmazônia**, v.5, n. 10, 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro (RJ), 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo (SP)/Rio de Janeiro (RJ), 56. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GARCIA, Regina Leite; ALVES, Nilda. **Atravessando fronteiras e descobrindo (mais uma vez) a complexidade do mundo**. IN *O sentido da escola*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em Educação. In **Caminhos Convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, 2012.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental - sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. São Paulo, 11. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015.

LIMA, Deborah.; POZZOBON, Jorge. **Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social**. In: VIEIRA, Ima Célia *et. al.* (Org.) *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém: MPEG, 2011.

MOREIRA, M. A. A teoria da aprendizagem significativa de Ausubel. In: MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo (SP): EPU, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

PARÁ. **Inventário da oferta turística do município de Inhangapi-PA**. Belém: Secretaria de Estado de Turismo do Pará, 2018.

PARÁ. Círio de Pitimandeuá. **Revista Pará+**. Belém, 2018.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Terras de quilombo: uma dívida histórica**. Associação Brasileira de Antropologia (ABA), 2012. Disponível em [www.youtube.com/watch](http://www.youtube.com/watch). (Documentário). Acesso em 01 de março de 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SOARES, Edimara Gonçalves. Educação Escolar Quilombola: reafirmação de uma política afirmativa. **Revista Reunião Científica Regional ANPED/Sul**. Curitiba/PR, 24 a 27 de julho de 2016.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN **Anais do II Encontro de Pesquisa sobre a Questão Agrária nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe - A agricultura familiar em debate**. Aracaju, 1-3 de outubro de 2010.